COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA À IMPRENSA LONDRINENSE: UM ESTUDO DE CASO DA OCUPAÇÃO FLORES DO CAMPO

Alana Nogueira Volpato¹

Gabriel Pansardi Ruiz²

RESUMO: Em outubro de 2016, em Londrina (PR), centenas de famílias ocuparam o empreendimento “Jardim Flores do Campo” do Programa Minha Casa Minha Vida, cuja construção estava paralisada. Deste então, observou-se uma postura de depreciação, por uma parcela da imprensa, dos moradores do local. Neste quadro, formou-se um grupo que se inseriu na ocupação para realizar oficinas práticas de comunicação. Este estudo apresenta parte dos resultados obtidos a partir das oficinas; discorre sobre a ocupação Flores do Campo; apresenta as ideias da teoria de comunicação popular e comunitária; e faz um estudo de caso específico. Por meio deste estudo, percebemos a difusão de conteúdos que amplificaram a posição e voz dos moradores, com viés alternativo em relação à imprensa local; além da criação de um canal próprio da ocupação.

PALAVRAS-CHAVE: *Comunicação popular e comunitária. Comunicação comunitária. Ocupações urbanas. Ocupação Flores do Campo.*

ABSTRACT: In October 2016, in Londrina (PR), hundreds of families occupied the project “Jardim Flores do Campo” of the Minha Casa Minha Vida Program, whose construction was paralyzed. Since then, there has been a posture of depreciation, by a portion of the press, of the local residents. In this context, a group was formed that entered the occupation to carry out practical communication workshops. This study presents part of the results obtained from the workshops; talks about the occupation Flores do Campo; presents the ideas of popular and community communication theory; and does a specific case study. Through this study, we realized the diffusion of contents that amplified the position and voice of the residents, with an alternative bias in relation to local press; besides the creation of a communicative channel of the occupation.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2019/00781-9. Mestre em Comunicação, Especialista em Comunicação Popular e Comunitária e Bacharel em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: alanavolpato@gmail.com

² Jornalista pela Universidade Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Bauru), especialista em Comunicação Popular e Comunitária pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UEL. É docente do Departamento de Publicidade e Propaganda da Faculdade Pitágoras de Londrina (PR). E-mail: comunica.gruiz@gmail.com

KEYWORDS: *Popular and community communication. Community communication. Urban occupations. Occupation Flores do Campo.*

INTRODUÇÃO

*Transformação social implica convivência com as
massas populares, e não a distância delas.*

(Paulo Freire)

A ocupação Flores do Campo existe em Londrina (PR) desde outubro de 2016. Trata-se de uma região localizada na extrema zona leste do município e atualmente com a presença de cerca de 140 famílias fixadas. Inicialmente, o local foi arranjado para abrigar um empreendimento do Minha Casa Minha Vida (MCMV), em parceria com os governos municipal e estadual, com a estimativa da construção de mais de 1200 casas, voltadas para a população de baixa renda. A obra, no entanto, nunca foi concluída, a previsão para a entrega era janeiro de 2015. A empresa responsável, a Fórmula Empreendimentos Imobiliários, que firmou contrato em 2013 para a construção do empreendimento, alegou falência em 2015, após pedidos seguidos de adiamento; apanhou recursos do governo federal e construiu, segundo ela, 48% do projeto.

67

Construções, prédios inacabados, além de materiais diversos dispostos no terreno, ficaram ao léu, sob chuva, sob o quente sol londrinense. A situação permaneceu assim durante meses. Até que populares locais, muitos deles, listados há anos na fila da Companhia Habitacional de Londrina (COHAB-LD), começaram a entrar nas casas e ocupá-las. Além de se tornar a maior ocupação da cidade, foi a primeira ocupação de Londrina a se estabelecer em um projeto do Minha Casa Minha Vida (Ruiz, 2018).

Após alguns meses desde a ocupação, sem uma resolução e com a manutenção das famílias no local, moradores, em sua grande maioria mulheres e crianças, tem sofrido com agressivas e correntes ações da Polícia Militar; e com a precariedade do lugar, distante de equipamentos públicos e da região central do município, com escassez de transporte e de coleta de lixo.

Diante desta realidade, um grupo de pessoas formado por estudantes de cursos diversos, como enfermagem, jornalismo e relações públicas, além de professores e pós-graduandos, formataram um projeto de comunicação para a ocupação. O projeto

consistiu na realização de rodas de conversas e de oficinas práticas junto aos moradores, com o objetivo de provocá-los a elaborarem suas próprias narrativas e pontos de vista e não ficassem à mercê apenas das notícias produzidas pelos veículos de informação. Depois de devidamente apresentada em reunião com ocupantes, a ideia do projeto foi bem aceita e começou a ser colocada em prática.

Entre os meses de julho e novembro de 2017, foram realizados um total de nove encontros, principalmente no interior do Flores do Campo. Como resultados destacam-se a criação de uma página para a divulgação de fatos, registros, depoimentos e de informações diversas sobre a ocupação; além do fomento de conversas e debates sobre assuntos distintos, tais como: funcionamento dos veículos de informação e a construção da notícia e linha editorial, uso de redes sociais, ocupação de espaços públicos, direito à moradia, entre outros.

Nesse processo de imersão junto à ocupação e aos moradores nos guiamos pelos conceitos de comunicação popular e comunitária, por meio de pesquisas de Miani (2011) e Peruzzo (2011). Este estudo foi essencial durante e após a realização das atividades no Flores do Campo, ora para iluminar caminhos ora para traduzir situações vividas, amparando a experiência.

Assim, este artigo pretende: a) apresentar a ocupação Flores do Campo; b) discutir conceitos sobre comunicação popular e comunitária; c) relatar parte do processo de educação midiática desenvolvido junto aos moradores; e d) estudar como moradores se mobilizaram para responder o apresentador de um programa de uma emissora de televisão local.

DESABROCHAR DA OCUPAÇÃO FLORES DO CAMPO

Os relatos dos primeiros ocupantes do terreno apontam para uma organização informal, sem o envolvimento de grupos organizados ou movimentos; a ocupação foi organizada em parte por meio de um famoso aplicativo de troca de mensagens instantânea.

No dia 2 de outubro de 2016 centenas de munícipes adentraram o terreno, ainda de madrugada (Ruiz, 2018). Neste dia, ao invés de terra batida vermelha e concreto sem vida, o terreno amanheceu tomado de gente, entrando, saindo, chegando com móveis e pertences. Quem também madrugou na região, foi a ocupante Márcia, que cedeu entrevista ao vivo³ já nos primeiros contatos com a imprensa local, na manhã seguinte à ocupação. Cadastrada na fila COHAB-LD e sem ter um teto, Márcia descreveu parte de como a articulação para a ação se desenrolou:

Já estamos na fila da COHAB faz sete anos, essas casas aqui têm dois anos que tão paradas, eu particularmente estou desempregada e a maioria das pessoas estão desempregadas e já estamos esperando na fila há muito tempo. As casas tão paradas, nós precisamos de casa, então nós resolvemos entrar para pegar essas casas. Foi uma manifestação que ocorreu pelo whatsapp, uma rede social onde as pessoas se comunicam, daí um foi passando pro outro, foi passando pro outro, até que a gente marcou a data de ontem à noite né, dessa madrugada e foi chegando gente, e tamos aí. E nós queremos ficar aqui, estamos todo mundo pacífico, ninguém quer confusão, a gente só quer casa.

Nesse período, segundo outros relatos colhidos nas conversas informais com moradores, aproximadamente mil famílias se instalaram. Devido à falta de infraestrutura de algumas casas, contudo, as pessoas foram saindo e, por um período posterior maior, entre 600 e 800 famílias se estabilizaram no local. Esse dado de mil famílias bate com alguns conteúdos produzidos por veículos locais, como uma matéria do Massa News⁴, publicada três dias depois que a região foi ocupada, com a presença de bar e “até açougue”, outro fator que evidencia a presença de pessoas habitando o território antes mesmo do mês de outubro daquele ano.

³ Reportagem da TV Tarobá, afiliada a TV Band, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NzbxA34dmjg>. Acesso: 28 set. 2019.

⁴ Disponível em: <https://massanews.com/noticias/plantao/invadido-residencial-do-minha-casa-ja-tem-ate-bar-e-acougue-em-londrina-Jdqp.html>. Acesso: 22 abr. 2018.

Figura 1 – Entrada da rua principal da ocupação Flores do Campo

Fonte: Arquivo pessoal. Crédito: Jaqueline Vieira (agosto/2017)

70

Além de muito distante da região central, seguindo o esquema de vários empreendimentos do MCMV, para aumentar os lucros da empreiteira, conforme indica Boulos (2015), as casas foram erguidas com problemas estruturais e com materiais de duvidosa qualidade. Aliás, o “Jardim Flores do Campo”, como foi nomeado pelo poder público de início, seguiu à risca a cartilha essencialmente mercantilista do MCMV, em que uma empreiteira opera a totalidade do projeto. Este modelo explica porque o MCMV, em suma, “aprofundou, ao invés de combater, a lógica da moradia como uma mercadoria, que deve dar lucro, e não como um direito. Aprofundou também o princípio de que pobre deve morar mal e em regiões cada vez mais periféricas” (Boulos, 2012: 23).

Estas características foram constatadas no empreendimento do Flores do Campo e documentadas tanto pela CAIXA Econômica Federal, como pelos moradores da ocupação em um ofício protocolado junto à Prefeitura e à COHAB-LD, em fevereiro de

2018, e direcionado ao prefeito Marcelo Belinati (PP). Destacamos um trecho que evidencia tais disfunções:

[...] Informamos que a construção deste bairro é totalmente irregular. Aqui tem um muro que cerca o bairro de mais de 20 m ou mais de altura. Nós mesmos furamos nossas fossas e muitos ao furar 1 m e meio já mina água. Casas condenadas por infiltrar água do chão, prédios que estão condenados prestes a desmoronar, obras totalmente inacabadas a poucos metros de um rio. [...] Muitas casas foram invadidas pela polícia. As casas foram construídas em cima de sacos de terra-areia, e as casas não têm muro de arrimo, portanto começaram a se movimentar, apresentando rachaduras enormes. Isso fez com que nós mesmos interditássemos algumas casas, para a própria segurança da comunidade. As ruas não são asfaltadas devido a não conclusão da obra e a saga de andar no barro nos dias chuvosos é o cotidiano vivido por nós, assim como a queda de energia elétrica e a colaboração mútua para ajustá-la nestes dias chuvosos. (...) Outro problema grave é com o encanamento feito. Na grande maioria das casas estava entupido, sendo necessário fazer outro encanamento, por fora das paredes. Ao realizar esta religação percebemos que no mesmo local de passagem dos fios de energia elétrica passavam os canos de água, e tudo isso embutido em uma placa de concreto pré-fabricada, ou seja, totalmente irregular. Quem fiscalizou o Projeto Elétrico e o Hidráulico da obra? O material que foi confeccionado as escadas dos sobrados é de péssima qualidade. Muitos moradores “afundaram os pés”, na tentativa de subir, pois são placas soltas e muito finas. (Ruiz, 2018: 37).

Foi em meio a essas contradições, construções, centenas de moradores e muita poeira que a proposta das oficinas de comunicação foi implementada, com base nas teorias de midiativismo e de comunicação popular e comunitária e de autores como Boulos (2005; 2015), Peloso (2012) e Rolnik (2015). Para este artigo, no entanto, focamos apenas no estudo da comunicação popular e comunitária, conforme veremos em seguida.

COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA

Importante frisar de saída que, embora seja comum atribuir sinônimos como, “alternativa”, “popular”, ou “independente”, para substituir o termo “comunitária”, a fim de evitar repetições textuais, isso se trata de um equívoco que deve ser refutado,

segundo atenta Rozinaldo Miani (2011, p. 224). Para o pesquisador, essa substituição se mostra como uma simplificação a ser descartada, pois desconfigura “as reais contribuições que as práticas de comunicação comunitária podem oferecer no contexto das lutas sociopolíticas e da disputa pela hegemonia no campo da comunicação” (Miani, 2011: 223).

Dito isso, identificamos a seguir alguns aspectos da comunicação comunitária que nos orientaram neste trabalho para a realização das oficinas, como, por exemplo, a ideia de constituir um canal contra-hegemônico que pudesse ecoar a opinião do povo da ocupação. Isso decorre, pois uma das particularidades principais é que a comunicação comunitária constitui-se como uma força contra-hegemônica no campo comunicacional (Miani, 2011), por apresentar outras formas de se fazer comunicação, diferentes daquelas praticadas pelos veículos de comunicação pautados pela lógica empresarial.

Os meios de comunicação de massa hegemônicos parecem cumprir papel permanente de reforçar estilos de vida e valores políticos e ideológicos do modelo capitalista vigente; daí também a importância das mídias comunitárias, uma vez que se propõem a

[...] transmitir conteúdos info-comunicativos tratados de maneira diversa daqueles que circulam nos *mass media* tradicionais, embora não se constitua como “alternativa” no sentido de substituir ou dispensar o acesso aos meios convencionais de comunicação. [...] se baliza por uma proposição diferente daquela comumente presente na grande mídia privada (de base comercial) e na pública estatal (vinculada a governos). [...] Suas especificidades são percebidas em múltiplos fatores, tais como na linha político-ideológica (crítica e propositiva); nos modos de organização (de base popular, coletiva, feita em espaços, por vezes, privados, como na casa de militantes); na ligação com as organizações civis sem finalidade lucrativa); nas estratégias de produção/ação (colaborativa, com vínculo local, participação ativa e liberdade de expressão, uso mobilizador); e na proposta editorial (tanto pelo enfoque dado aos conteúdos como pelos assuntos abordados) (Peruzzo, 2011: 84).

Ademais, além de reflexões sobre como funciona a construção de uma notícia, do que significa linha editorial de um veículo, nas oficinas, a produção de conteúdos desenvolvida junto aos moradores colocava em prática uma confecção conjunta, fora

dos padrões encontrados nas redações de empresas de comunicação. Essas trocas iam se constituindo como procedimentos de “desalienação” ante ao esquema operacional midiático; ou seja, em uma perspectiva mais macro, trata-se do estabelecimento de “processos de ‘desalienação’ que conduzem o indivíduo a uma compreensão acerca de sua inserção no mundo, conforme perspectiva desenvolvida pelo educador Paulo Freire (1989)” (Miani, 2011: 226). Aliás, o próprio processo de “desalienação” pode ser entendido como um importante papel da comunicação comunitária (Miani, 2011; Peruzzo, 2011).

Complementarmente, trata-se de uma experiência de comunicação popular pelo fato de os ocupantes pertencerem às classes subalternas. Muitos deles são sem-tetos, desempregados, dependem totalmente dos serviços públicos e estão cadastrados na lista de espera da COHAB-LD. Portanto, entendemos que nossa atuação prática, no ensejo da ocupação, no campo comunicacional remete aos pressupostos da comunicação popular e comunitária, grafada nessa ordem e conjuntamente, conforme perspectiva teórica de Miani (2011), indicando um recorte de classe dos sujeitos envolvidos no processo, bem como as características que demarcaram a prática de comunicação desenvolvida a partir do olhar coletivo dos moradores sobre sua realidade e sobre o que os veículos de comunicação locais diziam sobre eles.

SEMEANDO IDEIAS NA OCUPAÇÃO: OFICINAS E ENCONTROS

O plano inicial era realizar dez oficinas de comunicação entre julho e novembro de 2017. Dentro disso, uma das ideias era vivenciar com os moradores, além de discussões de temas variados conforme já indicado, práticas e produções de texto, fotografia, vídeo e redes sociais, dividindo essas linguagens de acordo com o cronograma previsto, com um dia no mínimo reservado para cada um dos temas. Mas, como nos disse certa vez uma moradora: “a gente faz um plano, Deus faz outro”. Não chegamos a completar os dez encontros, nem a laborariar todas as linguagens, foram nove oficinas no total e com mudanças de curso durante o trajeto, em função da conjuntura política da ocupação.

Figura 2 - Primeiro cartaz para divulgação das oficinas

Material foi confeccionado manualmente junto com uma das crianças da ocupação. Fonte: arquivo pessoal. Crédito: Gabriel Pansardi Ruiz (jul/2017).

Na ocupação, os encontros ocorreram sempre no período vespertino, por escolha dos moradores, no barracão, uma estrutura comum, coberta, que funcionava para fins diversos: reuniões, missas ou cultos, confraternização, cursos etc. Havia alguns pontos de luz de maneira que nos munimos de projetor, som e *notebook* para exibir fotos, vídeos e materiais diversos a fim de dinamizar as discussões, sempre debaixo de intenso calor e pouca ventilação, fazendo adaptações e verdadeiros improvisos para garantir a estrutura. Por exemplo, como parte das paredes do barracão são de madeira, suspendíamos um lençol branco para garantir a visibilidade da projeção. Tudo isso era organizado antes e, quando faltava algo, havia bastante solidariedade dos moradores para suprir qualquer necessidade. No total, pelo menos 38 pessoas diferentes participaram das atividades.

Um dos primeiros materiais apresentados foi de notícias sobre o Flores do Campo, veiculadas na imprensa local, de TV principalmente, que estigmatizam os moradores e clamavam por sua retirada da área. A maior parte dos presentes nunca tinha visto tal conteúdo. Houve indignação e sentimentos de revolta, algo que não exatamente prevíamos. O intuito era despertar a percepção sobre como a mídia enxerga os

moradores e questionar: se fossem eles os produtores daquelas matérias, como fariam, que temas abordariam? Uma das moradoras, por exemplo, respondeu que a mídia londrinense, em geral, não os via com dignidade e que estar no Flores significava, nas palavras dela: “morar melhor; mesmo amassando barro, tendo que limpar poeira todo dia e vivendo de forma precária. Eu levaria a repórter até a minha antiga casa, que chovia mais dentro do que fora. Hoje eu tô no céu!”.

A partir dessas reflexões trabalhamos a educação midiática e íamos compondo juntos formas possíveis de se comunicar a partir dos pressupostos da comunicação popular e comunitária, construindo narrativas diversas, partindo da visão dos moradores e de suas lidas e lutas.

Desde o início da primeira oficina, em 27 de julho de 2017, foi possível imprimir um ritmo contínuo, crescente em termos de qualidade dos encontros, de modo que até a segunda semana de setembro, já havíamos concluído sete das dez etapas programadas. Antes, porém, das reuniões, em se tratando de uma comunicação popular e comunitária, existia um rigoroso cuidado de não levarmos uma proposta fechada, que fosse ser apenas executada pelos moradores; o cerne sempre foi estimular ao máximo a participação, uma vez que, conforme Miani (2011: 226) “a valorização da subjetividade se realiza através do desenvolvimento de práticas e canais participativos no contexto do grupo social do qual o indivíduo se reconhece pertencente”. O desafio era justamente o enraizamento do trabalho, semelhante ao que propõe Peloso (2012: 15) para a classe trabalhadora: “Não é um movimento para os trabalhadores. Os trabalhadores precisam sentir-se parte da caminhada e companheiros de construção. As pessoas que despertam se juntam, se formam e, na luta, conseguem vitórias”.

Figura 3 – Um dos encontros no barracão do Flores do Campo

Fonte: arquivo pessoal. Crédito: autor desconhecido (setembro/2017).

No segundo encontro, uma das moradoras sugeriu que era urgente a criação de uma página no Facebook para o grupo. Segundo ela, seria um espaço para denunciar a violência da polícia, entre outras coisas. Na terceira oficina, houve de fato a criação desta página⁵ e cada uma das informações foi sendo tecida coletivamente: nome, dados sobre a ocupação, escolha de fotos, temas para as primeiras postagens, entre outros. Para Peruzzo, existe uma relação de convergências cabíveis entre a comunicação comunitária e a comunicação mediada por computadores por meio de tecnologias digitais:

Salientamos que as novas manifestações alternativas e comunitárias de comunicação, ao incorporarem suportes digitais e interativos e se constituírem fundamentalmente como formas coletivas de organização, engendram não só conteúdos diferenciados a partir de novos olhares tendo em vista a desalienação, mas também novos procedimentos de ação na construção e difusão de mensagens, na socialização de conhecimentos técnicos (e outros), criação de códigos compartilhados de conduta e na instituição de novas relações sociais de produção que põem em suspensão a hierarquia e a burocracia

⁵ A página está disponível em: [Facebook.com/ocupaFloresdoCampo](https://www.facebook.com/ocupaFloresdoCampo). Acesso: 25.set.2019.

tradicional, o sentido da propriedade privada e da força de trabalho como mercadoria, pois funciona como trabalho voluntário, entre outros aspectos (Peruzzo, 2011: 87).

Com a criação da página, esta se tornou um canal para a difusão de informações sobre a ocupação, sobretudo em momentos tensos, sob ameaças de reintegração de posse ou de violência policial. Apoiadores, além dos próprios moradores e jornalistas, passaram a acompanhá-la; em várias ocasiões entraram em contato por mensagens em busca de dados e de contato com ocupantes. A principal marca estabelecida desde o início foi a comunicação sob uma perspectiva bastante diversa dos veículos midiáticos locais, valorizando a voz dos populares. Obviamente, com alcance restrito, todavia, constituindo-se como um veículo comunitário, na medida em que essa comunicação, conforme caracteriza Peruzzo:

(...) é baseada na participação ativa e aberta; não tem fins lucrativos; os conteúdos tratados estão em sintonia com a realidade local ou com a comunidade de interesse a que se vincula; institui processos compartilhados e não hierarquizados de produção e difusão de mensagens; se funda a propriedade coletiva (quando privada, esta é colocada a serviço público) (Peruzzo, 2011: 86).

Ainda ao longo de agosto de 2017 e nos meses seguintes, foi possível registrar grande parte da história da atuação política dos moradores do Flores do Campo, como no ensejo da ocupação do gramado em frente à prefeitura municipal. A ação foi articulada como forma de pressão para o estabelecimento do diálogo junto ao poder público e para chamar a atenção da sociedade, cobrando soluções em caso de despejo das famílias. Em menos de 24 horas após chegar no recinto, o prefeito de Londrina, Marcelo Belinati, recebeu uma comitiva de moradores. Toda a movimentação e permanência dos moradores na região, no mês de setembro, está documentada na página do Facebook, por meio de postagens com álbum de fotografias, memes e vídeos, inclusive ao vivo.

Há ainda outros eventos centrais desenrolados enquanto da realização das oficinas e encontros na ocupação. Como dito, entretanto, para este trabalho, vamos

abordar apenas um dos casos, em que o canal comunicativo da ocupação funciona como espaço de resposta às investidas de um programa jornalístico local.

RESPONDENDO ACUSAÇÕES DA IMPRENSA

Em 6 de fevereiro de 2018, frente à iminência e rumores de uma possível reintegração de posse, moradores se reuniram para conversar, com a presença de alguns apoiadores, integrantes de grupos organizados. Com alguma frequência, a mídia local publica matérias, nem sempre fundamentadas, acerca do processo de reintegração de posse. Quando isso ocorre, moradores ficam tensos, costumam pedir ajuda externa e outros canais costumeiramente repetem a informação.

Na reunião, alguns moradores comentaram que o apresentador e jornalista Carlos Camargo⁶, em seu programa “Tribuna da Massa”, ofendeu quem sobrevive no Flores do Campo. De fato uma matéria⁷ exibida em 31 de janeiro daquele ano narra situações de tortura e violência, praticados por suspeitos traficantes, que supostamente residem na ocupação.

Camargo, porém, ao longo da extensa reportagem de 8 minutos e 37 segundos, generaliza a população do Flores, atacando sua dignidade, dizendo, num trecho, em 3’35”, que os “cidadãos de bem” já haviam deixado o local há tempos; em outro, a partir de 4’35”, o jornalista incita a polícia, que em sua visão deveria invadir o local e retirar as pessoas à força. No diálogo com os moradores, ao fim da reunião, foi-nos relatado o caso de maneira bastante indignada, questionaram-nos sobre o que era possível fazer, se cabia um processo judicial contra o jornalista. Enquanto comunicadores, sugerimos que algum morador se dispusesse, podíamos preparar uma resposta em vídeo, a ser registrada na página do Facebook da ocupação. Recebemos o sinal positivo do morador Daniel Roberto e da moradora carioca Marília Mafra de

⁶ Carlos Camargo é um apresentador de TV popular no Paraná, principalmente em Londrina. Apresenta o programa policiaisco “Tribuna da Massa” na Rede Massa (afiliada ao SBT) de caráter sensacionalista, bem ao estilo de Luiz Carlos Datena ou pior.

⁷ “Acusados de estupro foram torturados no Flores do Campo”, disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=Yja0qSPJe1o>. Acesso: 31.05.2018.

Assis, ela que já havia participado de pelo menos duas ou três das nossas oficinas de comunicação.

Posicionamos a câmera do celular, escolhemos um lugar com menor ruído e alguma luz. Ação, gravando! Marília, em apenas 42 segundos de vídeo⁸, objetivamente articulada, em tom de voz sóbrio, diz em um trecho: “[...] essa resposta vai diretamente para o senhor Carlos Camargo, que disse que no Flores do Campo só tem vagabundo, só tem ladrão e que é o tribunal do crime”. Além de convidar o apresentador para “tomar um cafezinho” e conhecer a realidade das pessoas que ali sobrevivem e suas lutas, ela dispara encerrando: (...) você tem que lembrar uma coisa: aqui não é invasão, é o-cu-pação, nós não estamos roubando nada de ninguém, ocupamos o que é nosso direito; e vou te fazer mais um lembrete, os maiores ladrão, neste momento estão de terno e gravata, lembre-se disso”.

Figura 4 – a ex-moradora Marília no Flores do Campo

Fonte: Arquivo pessoal do autor. Crédito: Jaqueline Vieira (mar/2018).

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/OcupaFloresDoCampo/videos/155551365103749/>. Acesso: 31.05.2018.

A postagem é o quinto vídeo mais visto (dentre 39 já publicados até julho de 2018), rendendo mais de 3,4 mil visualizações, 91 compartilhamentos e 24 comentários, inclusive de moradores, que endossam a presença de trabalhadores dignos e o convite irônico para o cafezinho.

Já a segunda resposta, de Daniel Roberto, é um vídeo⁹ maior, com 59 segundos, em que o morador fez questão de gravar com sua filha no colo. Ele relata que costumava assistir ao programa de Camargo e era até fã do apresentador, mas se sentia traído, exposto. E questiona: “Então eu sou vagabundo, minha filha é vagabunda? Então aqui só mora vagabundo?”.

Figura 5 – Reprodução de postagem de Daniel Roberto com sua filha

Fonte: arquivo pessoal (fev/2018).

Nestes dois últimos casos vistos, com a publicação dos vídeos e posicionamento dos moradores diante das acusações, o canal-comunicativo do Flores do Campo funcionou como um espaço a plenos pulmões dos próprios moradores, dessa vez para rebater e refutar opiniões de um conhecido programa e apresentador televisivos. Apesar de se configurar como uma emissão com restrito alcance de público, caracteriza-se como uma alternativa ao monopólio midiático local ao difundir a posição e a subjetividade dos moradores diante de situações que os incomodam e as quais não

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/OcupaFloresDoCampo/videos/155818431743709/>. Acesso em: 31.05.2018.

concordam; além de um importante registro histórico da ocupação. Tais aspectos centrais identificados, a impressão da subjetividade e uma visão distinta em relação à imprensa londrinense, estão intrínsecos à comunicação popular e comunitária, conforme estudado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos resultados e exemplo de caso exposto, acreditamos que as características centrais da comunicação popular e comunitária foram não apenas estudadas, mas, principalmente, colocadas em prática. A começar pelo aspecto “popular”, presente, na medida em que a etapa da realização de oficinas de comunicação e grande parte dos conteúdos produzidos foram integralmente inseridos em um contexto de conflito urbano e de luta por moradia digna encabeçado por sem-tetos, ou seja, em um território de proximidade com as classes subalternas. A ocupação Flores do Campo, inclusive, por suas especificidades, pode ser concebida enquanto uma comunidade, outro elemento que concerne a esta modalidade comunicacional.

De outro lado, uma rápida visita à página do Facebook da ocupação Flores do Campo permite visualizar dezenas de materiais publicados e sua diversidade; de vozes que ecoam, a falas e registros históricos. Acreditamos que, para além da contribuição e produções de conteúdo de pessoas e comunicadores diversos, este é outro rico aspecto da comunicação comunitária, cuja linguagem gera uma identidade comum à comunidade envolvida e também a representa por amplificar seus pontos de vista.

Essa abrangência e variedade de conteúdos produzidos (fotos, notas, vídeos, transmissões ao vivo, textos etc) e, especificamente no caso estudado, fez-se possível com o emprego ainda de ideias inerentes à comunicação comunitária, como os incentivos e, sobretudo, o estímulo à participação dos/as moradores/as desde o princípio. A distribuição dos poderes e demandas feitas conjuntamente, no decorrer das atividades e acontecimentos, como uma estratégia também emancipadora; e o constante respeito às suas opiniões e valores, enaltecendo suas subjetividades na qualidade de

potência desse processo, concretizado por meio de debates e conversas que trataram de assuntos para além da esfera da comunicação.

Esta última peculiaridade demonstra o caráter transformador-educativo da comunicação comunitária que é, conforme reafirma Peruzzo (2011: 85), citando Mário Kaplún: “(...) [produzida democraticamente] ‘para que os destinatários tomem consciência de sua realidade’, ou para ‘suscitar uma reflexão’, ou ‘para gerar uma discussão’”. Por fim, o estímulo à criação de uma linguagem particular marcante, despadronizada em relação aos veículos tradicionais, concebida de maneira particular e original.

Pode-se dizer, por fim, que partimos de uma realidade na ocupação sem nenhum tipo de comunicação “institucional”, por assim dizer, e após os resultados obtidos em 2017 e o seguimento do processo em 2018 - mesmo neste ano sem a realização de novas oficinas e atividades coletivas - é possível identificar êxitos. O sistema comunicacional desenvolvido, no período analisado e, em especial, neste estudo, apresentou contranarrativas e pontos de vista alternativos em relação aos canais comunicativos locais. Ao mesmo tempo, tornou-se uma mídia de referência sobre a ocupação, para trabalhadores de comunicação londrinenses e para a população em geral, erguendo-se não apenas como alternativa, mas como resistência frente ao monopólio midiático.

82

Obviamente, entendemos as limitações de uma comunicação disposta apenas por meio de uma rede social privada. Apesar de importante, essa ressalva poderia ser melhor trabalhada junto à população do Flores, mas isso exigiria tempo para abordar o assunto devidamente, de modo que a urgência da situação política da ocupação – com frequentes ameaças de despejo – nos direcionava para agir velozmente. Levando-se em conta essas limitações, a opção que fizemos quanto ao uso do Facebook, acreditamos ter sido razoavelmente positiva diante dos resultados e efeitos observados.

Importante destacar que o canal continua funcionando, contudo, com atualizações mais espaçadas do que quando as oficinas estavam em curso. Ainda assim, persiste cumprindo o papel de registrar a história da ocupação, seus moradores, bem como violências que insistem, sobretudo por parte da polícia militar.

Bibliografia

BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci. 2012.

_____. *De que lado você está?* Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIANI, Rozinaldo. Os pressupostos teóricos da comunicação e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, v. 2, n. 25, p.221-223, dez. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/16547/14492>.

PELOSO, Ranulfo. *Trabalho de base*: seleção de roteiros organizados pelo Cepis/ Ranulfo Peloso (org.) 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PERUZZO, Cicília M. K. Desafios da Comunicação Popular e Comunitária na Ciberkultur@: Aproximação à proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local. In: *Ciberlegenda*, v. 2, n. 25, Rio de Janeiro, 2011. Disponível: <http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/viewFile/488/285>. Acesso em: 30 maio 2018.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares*: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUIZ, Gabriel Pansardi. *A comunicação popular e comunitária e o midiativismo em ação em uma ocupação urbana*: a ocupação Flores do Campo – Londrina (PR). 142. Trabalho de Monografia de Pós Graduação em Comunicação Popular e Comunitária – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.